

INDONÉSIA

REPÚBLICA DA INDONÉSIA

Chefe de Estado e de governo:	Susilo Bambang Yudhoyono
Penal de morte:	retencionista
População:	242,3 milhões
Expectativa de vida:	69,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	38,9 por mil
Taxa de alfabetização:	92,2 por cento

A Indonésia assumiu a presidência da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) e, em maio, foi eleita para o Conselho de Direitos Humanos da ONU pelo terceiro mandato consecutivo. O governo reforçou a comissão de polícia nacional, mas os mecanismos de responsabilização da polícia permaneceram insuficientes. As forças de segurança enfrentaram persistentes denúncias de violações dos direitos humanos, incluindo tortura e outros maus-tratos, além do uso excessivo e desnecessário da força. Autoridades provinciais de Aceh utilizaram de forma crescente a flagelação com canas como punição judicial. As atividades políticas pacíficas continuaram a ser criminalizadas na Papua e em Maluku. As minorias religiosas sofreram discriminação, incluindo intimidação e agressões físicas. As barreiras aos direitos sexuais e reprodutivos continuaram a afetar mulheres e meninas. Nenhuma execução foi registrada.

Tortura e outros maus-tratos

As forças de segurança foram objeto de reiteradas denúncias de prática de tortura e de outros maus-tratos sobre detidos, particularmente sobre ativistas políticos pacíficos em áreas com historial de movimentos de independência, como Papua e Maluku. Investigações independentes sobre tais denúncias foram raras.

■ Em janeiro, três soldados que tinham sido filmados a pontapear e abusar verbalmente de papuásios foram condenados por um tribunal militar a penas entre 8 e 10 meses de prisão por desobediência a ordens. Um alto funcionário do governo da Indonésia descreveu os abusos como uma "violação leve".

■ Não ocorreram investigações sobre as denúncias de tortura e de outros maus-tratos a 21 ativistas políticos pacíficos por parte do Destacamento Especial-88 (Densus-88), uma unidade policial de combate ao terrorismo. Em agosto de 2010, os 21 ativistas tinham sido torturados durante a detenção, na prisão e durante o interrogatório em Maluku.

A flagelação com cana tem sido cada vez mais utilizada como forma de punição judicial em Aceh. Pelo menos 72 pessoas foram açoitadas por diversos delitos, tais como consumir álcool, estar sozinho com alguém do sexo oposto que não seja cônjuge ou parente (*khalwat*), e jogar jogos de azar. As autoridades de Aceh aprovaram uma série de regulamentos para reger a aplicação da sharia, após a promulgação da Lei de Autonomia Especial da província, em 2001.

Uso excessivo da força

A polícia usou força excessiva e desnecessária sobre manifestantes e ativistas, especialmente nos casos envolvendo disputas de terra. Nas raras vezes em que ocorreram investigações, pouco progresso foi conseguido para levar os responsáveis à Justiça.

■ Em janeiro, seis trabalhadores de plantações de óleo de palma ficaram gravemente feridos na província de Jambi quando os agentes da Brigada Móvel da Polícia (Brimob) dispararam balas de borracha contra eles na tentativa de expulsá-los de uma plantação onde estavam a trabalhar. A plantação é objeto de uma disputa de terras em curso entre os agricultores e uma empresa produtora do óleo de palma.

■ Em abril, a polícia de Papua disparou sobre Dominokus Auwe atingindo-o no peito e na cabeça, matando-o, e ferindo outros dois indivíduos em frente à esquadra de polícia do subdistrito de Moanemani. Os três homens aproximaram-se pacificamente da esquadra para perguntar sobre o dinheiro que a polícia tinha apreendido a Dominokus Auwe, algum tempo antes, naquele dia.

■ Em junho, as forças de segurança usaram força excessiva e desnecessária ao tentarem expulsar uma comunidade no distrito de Langkat, em Sumatra do Norte. A comunidade estava envolvida numa disputa de terras com as autoridades locais. Quando os moradores protestaram contra o desalojamento, os policiais dispararam contra a multidão, sem advertência prévia, ferindo, pelo menos, nove pessoas; outras seis foram pontapeadas e espancadas.

Liberdade de expressão

O governo continuou a criminalizar a expressão política pacífica em Maluku e Papua. Pelo menos 90 ativistas políticos foram presos pelas suas atividades políticas pacíficas.

■ Em agosto, dois ativistas políticos da Papua, Melkianus Bleskadi e Daniel Yenu, foram presos por períodos que podem ir até dois anos, por participarem num protesto político pacífico na cidade de Manokwari, em dezembro de 2010.

■ Em outubro, mais de 300 pessoas foram presas arbitrariamente após participarem no Terceiro Congresso do Povo Papuásio, uma reunião pacífica realizada em Abepura, província da Papua. Embora a maioria tenha passado a noite detida e tenha sido libertada no dia seguinte, cinco foram acusadas de "rebelião" com base no artigo 106 do Código Penal. As acusações podem levar a uma pena máxima de prisão perpétua. Uma investigação preliminar da Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM) constatou que as forças de segurança cometeram uma série de violações dos direitos humanos, como espancar, pontapear e abrir fogo contra os participantes do encontro.

Alguns defensores dos direitos humanos e jornalistas continuaram a ser intimidados e atacados devido ao seu trabalho.

■ Em março, o jornalista Banjir Ambarita foi esfaqueado por pessoas não identificadas na província de Papua, pouco depois de ter escrito sobre os casos de duas mulheres que teriam sido violadas por polícias na Papua. Ele sobreviveu ao ataque.

■ Em junho, oficiais militares espancaram Yones Douw, um defensor dos direitos humanos da Papua, depois de ele ter tentado monitorizar um protesto que pedia a responsabilização pelo homicídio do papuásio Derek Adii, em maio.

Discriminação

Os ataques e intimidações contra as minorias religiosas persistiram. De forma crescente, a comunidade ahmadi foi alvo dessas ações, e pelo menos quatro províncias emitiram novos regulamentos regionais para restringir as suas atividades. Até o fim do ano, pelo menos 18 igrejas cristãs tinham sido atacadas ou forçadas a fechar. Em muitos casos, a polícia não protegeu adequadamente dos ataques os grupos religiosos e outros grupos minoritários.

■ Em fevereiro, três ahmadis foram mortos depois que uma multidão de 1.500 pessoas os ter atacado em Cikeusik, província de Banten. A 28 de julho, 12 pessoas foram condenadas a penas de prisão entre 3 e 6 meses por seu envolvimento no incidente. Ninguém foi acusado de assassinato, e grupos locais de direitos humanos manifestaram inquietação com o fraco desempenho da acusação.

■ O prefeito de Bogor continuou a desacatar uma decisão do Supremo Tribunal, de 2010, que ordenava que as autoridades reabrissem a Igreja Cristã Taman Yasmin da Indonésia. A congregação foi forçada a realizar seus cultos semanais na rua em frente à igreja fechada, por entre os protestos de grupos radicais.

Direitos sexuais e reprodutivos

Mulheres e meninas, especialmente as de comunidades pobres e marginalizadas, foram impedidas de exercer plenamente os seus direitos sexuais e reprodutivos. Muitas continuaram sem acesso aos serviços de saúde reprodutiva previstos na Lei de Saúde de 2009, uma vez que o Ministério da Saúde ainda não regulamentou a lei a fim de que possa ser implementada. O governo não conseguiu combater atitudes discriminatórias e cruéis, nem práticas desumanas e degradantes, como a mutilação genital feminina e os casamentos precoces.

■ Em junho, a ministra da Saúde defendeu uma norma, emitida em novembro de 2010, que autoriza algumas formas, especificamente definidas, de “circuncisão feminina”, quando essas forem realizadas por médicos, enfermeiros e parteiras. A norma legitimou a prática disseminada da mutilação genital feminina. Além disso, essa norma viola várias leis indonésias e contradiz as promessas do governo de promover a igualdade de gênero e de combater a discriminação contra as mulheres.

A taxa de mortalidade materna continuou a ser uma das mais altas na região.

Trabalhadores domésticos

Em junho, o presidente expressou seu apoio à nova Convenção de Trabalhadores Domésticos, a convenção de N° 189 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Porém, pelo segundo ano consecutivo, o parlamento não debateu nem aprovou a legislação que prevê proteção a legal para os trabalhadores domésticos. Isso deixou cerca de 2,6 milhões de trabalhadores domésticos – a grande maioria composta por mulheres e meninas – em risco permanente de exploração econômica e de violência física, psicológica e sexual.

Impunidade

Os responsáveis por violações dos direitos humanos cometidas em anos anteriores no Aceh, Papua, Timor Leste e outras localidades continuaram livres de acusação. A Procuradoria-Geral não atuou nos casos de graves violações dos direitos humanos apresentados pela Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM); entre esses estão crimes contra a humanidade cometidos por membros das forças de segurança.

■ O Memorando de Entendimento entre a Komnas HAM e o Provedor de Direitos Humanos e Justiça do Timor-Leste, que requeria, entre outras coisas, informações sobre pessoas desaparecidas em 1999 em Timor-Leste, prescreveu em janeiro e foi renovado em novembro. Nenhum avanço foi registrado (ver Timor-Leste).

■ Em setembro, o procurador-geral teria declarado “encerrado” o caso sobre o assassinato do proeminente defensor dos direitos humanos, Munir. Apesar da condenação de três pessoas pelo envolvimento na sua morte, persistiam denúncias plausíveis de que nem todos os envolvidos tinham sido levados à Justiça.

■ O governo ainda necessita de implementar as recomendações, do parlamento, de 2009, de investigar e processar os responsáveis pelo sequestro e desaparecimento forçado de 13 ativistas políticos em 1997-1998.

Pena de morte

Pelo terceiro ano consecutivo, nenhuma execução foi registrada. No entanto, pelo menos 100 pessoas permaneciam condenadas à morte.

Visitas/relatórios da AI

✉ Representantes da Amnistia Internacional visitaram a Indonésia em abril, maio, setembro, outubro, novembro e dezembro.

📄 Making the fair choice: Key steps to improve maternal health in ASEAN – Briefing to the ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (ASA 03/001/2011)

📄 Open letter to Head of National Police on failure of police accountability in Indonesia (ASA 21/005/2011)

📄 Indonesia: Open letter on human rights violations against the Ahmadiyya in West Java (ASA 21/032/2011)